

**ZOROBABE E SEUS DOIS DESTINOS: PROTAGONISMO TUPI NA
CHAMADA CONQUISTA DO MARANHÃO (SEC. XVII) A PARTIR DE
NARRATIVAS DISSONANTES**

Darlan Rodrigo Sbrana
GEDMMA-UFMA; UNIFESSPA
darlan_sbrana@yahoo.com.br

Introdução

Bahia. O ano é incerto e o enredo, bem conhecido. É dezembro de 1608 ou início de 1609. Estamos no porto, próximos a um navio já de saída. Nele, irá embarcado e preso o temido Zorobabe¹, chefe potiguar da aldeia de Copaoba, na Paraíba. Vejamos o que o trouxe até aqui.

Depois de guerrear contra os tapuitingas, tapuias brancos, Zorobabe e seu irmão Pau-Seco, principais guerreiros tupis da região², decidiram selar as pazes e fizeram-se aliados dos luso-espanhóis. A partir daí, para evitar que o chefe de espírito tão impetuoso se rebelasse contra a aliança, seus dotes guerreiros foram requisitados em ações de interesse da Conquista. Primeiro, foi enviado à Bahia com cerca de 1300 flecheiros para dar guerra aos aimorés que então colocavam em risco a implantação dos engenhos na região. Depois, no caminho de volta, desmantelou também o quilombo do Itapecuru, matando e prendendo indivíduos que fugiam da escravidão, os quais foi vendendo pelo caminho para adquirir um tambor, uma bandeira, um cavalo e algumas vestimentas – *bens de prestígio* com os quais retornaria triunfante em suas terras.

De volta à Paraíba, a admiração da população diante do morubixaba³ potiguar confundia-se com o temor que ele inspirava nas autoridades ibéricas. E para evitar o risco de revolta, prenderam-no e o mandaram para Pernambuco, e em seguida para Bahia, onde depois de tentativas fracassadas de envenená-lo, ficaram diante de difícil decisão: o ato de condená-lo à morte poderia acionar a lógica da vingança tão comum entre os tupis, provocando o início de novos confrontos com os potiguares; ou poderia desencadear uma dispersão das aldeias sobre sua influência para os interiores do território.

¹ Entre as diversas formas como o nome foi escrito, *Zorobabé, Zarobabe, Sarobabe, Zorobabel, Çorobabe, Korobabé, Sorô Bébê, Serouéué* (Serobébé).

² Utilizaremos genericamente o termo *tupi* para distinguir de povos de outras matrizes culturais; e *tupinambá, potiguar, tabajara* e *caeté* para estabelecer distinção entre diferentes povos tupis.

³ Termo tupi aportuguesado. Significa chefe, principal.

Observando esses fatos a partir do contexto histórico do Maranhão, podemos dizer que o cenário era complexo. Pois, não muito longe dali, os franceses se fixavam e expandiam alianças com tupis da região do Maranhão e terras circunvizinhas⁴. A conquista estava em risco, por isso, decidiram enviar Zorobabe a Lisboa e, depois, a Évora, o que nos remete novamente ao início da nossa narrativa: o chefe potiguar caminha em direção ao navio para cumprir o destino de uma das poucas vidas tupis daquele período cuja história contada possui começo, meio e fim.

Apoiada em dois vestígios escritos⁵, essa narrativa tem frequentado a historiografia ao longo dos séculos, indo de Francisco Adolfo Varnhagen (1877) a John Manuel Monteiro (2001) – ou seja, em uma linha historiográfica na qual os indígenas foram de “povos sem história” a “senhores de sua própria história”, na qual constam também historiadores como Luis Felipe de Alencastro (2000), Ronaldo Vainfas (2001), John Hemming (2007) e Maria Celestino de Almeida (2011), a partir dos quais Zorobabe ganha diferentes designativos, que vão do “jagunço do senhoriato” (ALENCASTRO, 2000, p. 124) a “primeiro exilado político brasileiro” (MELO FRANCO, 2004, p. 97; ALMEIDA, 1988, p. 119), cujas ações são interpretadas como hesitantes, ou contraditórias, por situarem-se entre a cumplicidade e a resistência à colonização (GONÇALVES; CARDOSO; PEREIRA, 2012, p. 146-147; VAINFAS, 2001, p. 592).

Mas paralelo a essa narrativa, ao considerar a posterior documentação dos atuais estados do Maranhão e do Pará, vemos surgir novamente o nome de Zorobabe em fragmentos que sugerem outro destino para esse potiguar. Por isso, os questionamentos: e se ele não entrou no navio? E se ao contrário do que diz a narrativa histórica, Zorobabe não foi enviado ao Reino? E se ele se adiantou à punição que lhe fora dada e migrou com seus aliados estabelecendo aldeias em Tapuitapera (Alcântara), no Maranhão? Enfim, e se Zorobabe possui um outro destino?

⁴ Região então chamada de *Maranhão e terras circunvizinhas* formava uma larga faixa territorial que ia da Serra de Ibiapaba, no atual estado do Ceará, à região amazônica, especialmente Tocantins. Entre esses dois limites, estavam os tupis de *Upaon-açu*, atual Ilha de São Luís; de *Tapuitapera*, atual Alcântara; de *Cumã*, atual Guimarães; e da região do Rio Mearim, no atual estado do Maranhão.

⁵ O primeiro é uma carta do governador Diogo de Meneses de 1608, na qual informa que mandaria Zorobabe, possivelmente, para o Reino, seguindo as próprias ordens do rei ([1608] ABN, 1935). O segundo é a narrativa de Frei Vicente do Salvador ([1627] 2010), que contém os principais elementos a respeito desse morubixaba.

Mais do que fornecer respostas, as perguntas nos servem para revisitar o período da Conquista do Maranhão, centralizando a observação no protagonismo dos tupis que dela participaram. No tópico 1, apresentamos resultados de nossa pesquisa a respeito dos chefes tupis do Maranhão que condicionam as interpretações do presente trabalho. No tópico 2, apresentamos outros elementos da narrativa de Zorobabe que permitem aproximá-lo de um outro destino, no Maranhão. No tópico 3, apresentamos informações a respeito de chefes tupis cuja atuação se assemelha à de Zorobabe, seja por situarem-se com autonomia em relação à sociedade colonial que então se estabelecia, seja por fragmentarem o corpo de aldeias do Maranhão para reafirmar relação anterior com os luso-espanhóis, o que teria fragilizado a aliança com os franceses, facilitando a Conquista. Assim, passemos para o primeiro tópico.

1. Elementos para o estudo dos tupis da costa do Maranhão do século XVII

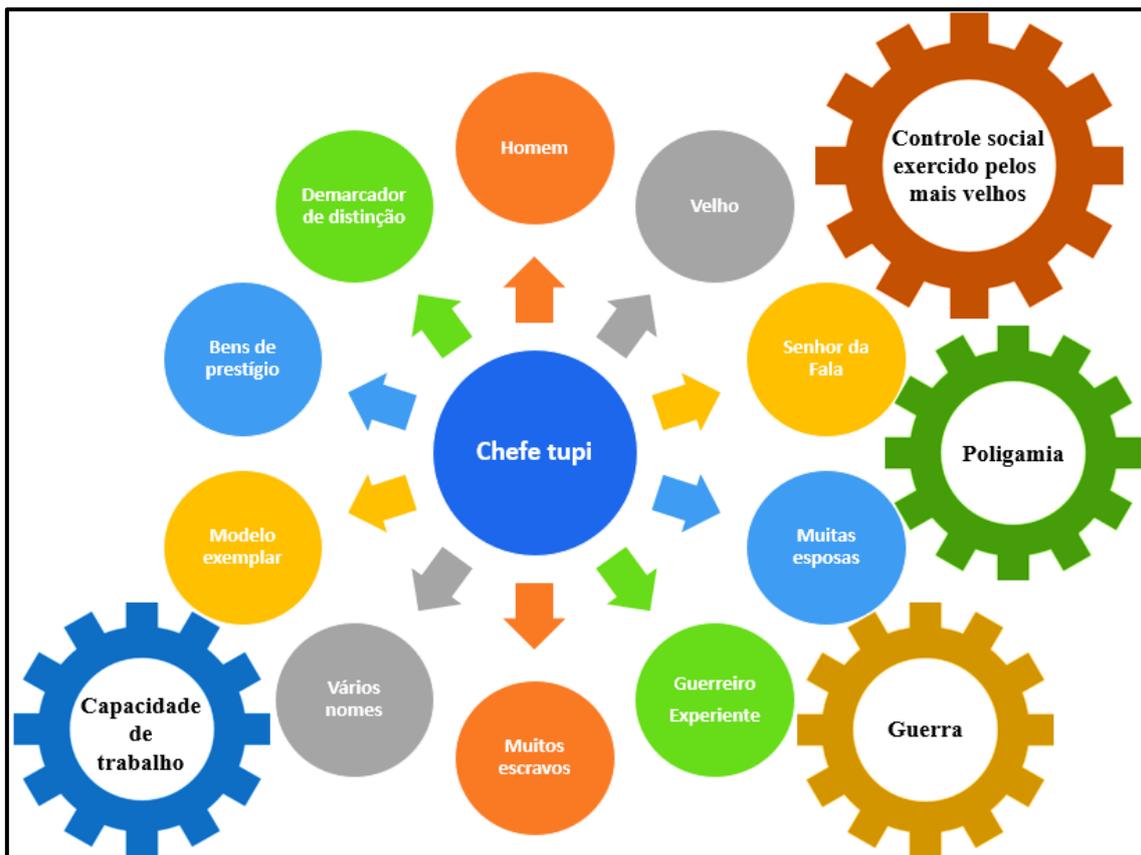
A quem se propõe estudar o processo de conquista e formação da sociedade colonial do Maranhão, centralizando-se no protagonismo indígena, alguns elementos nos parecem importantes. Um deles, é que os vestígios históricos – escritos, cartográficos e arqueológicos – dão conta de uma forte presença tupi, sejam tabajaras, potiguares, caetés – ou tupinambás, como os franceses os designavam, muitas vezes, de maneira genérica. Um outro, é que esses vestígios estão dispersos, fragmentados e, na maior parte dos casos, são mínimos, como certamente não eram a vida dos tupis que viveram aquele processo histórico, mas que tenderam a ser apagadas, senão pela própria violência do processo⁶, pela complacência da narrativa histórica que ecoa o discurso dos conquistadores europeus, ainda com certa empatia pelos chamados heróis fundadores⁷.

Por conta disso, e contra aquele apagamento, em nossos estudos (SBRANA, 2014; 2015; 2017) transitamos entre os campos da Antropologia, da Arqueologia e da

⁶ O padre jesuíta Manoel Gomes menciona 30.000 no Pará (CARDOSO, 2001). Simão Estácio da Silveira ([1624] 2001) computou 500.000 almas entre cativos e mortos em toda região do Maranhão. Já o padre Antônio Vieira (1746: 39) menciona mais de dois milhões de mortos entre o Maranhão e o Pará – número considerado exagerado, mas que dá conta da violência do processo de conquista.

⁷ Na historiografia que considera o período e o tema, destacam-se trabalhos que defendem a *fundação* francesa de São Luís, entre eles, a obra de Mário Meireles (2015), e outros, como o de Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2006), que propõem uma *fundação portuguesa*. Nos dois casos, sobressaem-se os *marcos zeros, os grandes fatos e os heróis fundadores*, parâmetros que não só apagam a forte presença tupi naquele contexto, como também apresentam uma representação bastante simplificada do que consideram a *fundação* de São Luís.

História, visando, de maneira geral, compreender as tensões estabelecidas entre tupis e cristãos a partir da análise dos morubixabas. Essa escolha também foi condicionada pelo próprio perfil dos vestígios que utilizamos como fonte: são os chefes que mais aparecem na documentação. No total, reunimos informações a respeito de 333 indígenas – *chefes* e *não-chefes* – e organizamos uma base de dados, objetivando descrever as características dos morubixabas (Figura 1), a partir das quais, em momento posterior, visamos



compreender as práticas e o imaginário social que possibilitavam a reprodução e manutenção da condição de chefe, bem como as tensões ocasionadas naquelas mesmas práticas no decorrer do contato com os cristãos. Ou seja, partimos da escala dos indivíduos, buscando as práticas, sem as quais a ação desses sujeitos se perde em narrativas desconexas, fragmentadas e, em muitos casos, dissonantes.

Figura 1: Chefes Tupis

Fonte: o próprio autor (2014; 2017).

Em linhas gerais, do que apreendemos a respeito dos chefes, podemos dizer que eram *homens e velhos*. E todos se destacavam por seus dotes oratórios – eram *senhores da fala*, fazendo uso dela não só no cotidiano de suas aldeias, mas também fora delas, quando tratavam da guerra e da paz com o conjunto de aldeias aliadas. Eram reconhecidos também por suas *muitas esposas* – coisa que os clérigos de Pernambuco pareciam reprovar mais em Zorobabe do que o temor de sua rebelião (SALVADOR, [1627] 2010, p. 385).

Além disso, os chefes precisavam se mostrar como *modelos exemplares* em suas aldeias. Fora das aldeias, para alcançar e manter o prestígio necessário à sua condição, deveriam ser *guerreiros experientes*, com seguidos sucessos na guerra. A experiência no combate conquistada nas consecutivas vitórias diante dos inimigos era um caminho necessário para chegar à condição de chefe tupi. No final do percurso, o morubixaba seria reconhecido por seus *vários nomes* inscritos na pele e tirados das cabeças quebradas dos inimigos – ou conseguidos pelo batismo cristão –, tanto quanto por seus *muitos escravos*, na verdade, inimigos capturados na guerra, que antes passavam por um processo de familiarização na aldeia para depois serem sacrificados. E os chefes tupis também eram reconhecidos por *bens de prestígio* – como aqueles com os quais Zorobabe retornou a suas terras – e por *demarcadores de distinção*, perceptíveis, por exemplo, na fingida irrelevância que demonstravam aos visitantes, ou na forma como todos – menos outros grandes chefes – iam ao seu encontro ao voltar de uma campanha guerreira.

E mais. Embora os morubixabas se diferenciasssem de acordo com as diferentes subjetividades e os diferentes contextos aos quais estavam inseridos, as características dos chefes condicionavam e eram condicionadas por relações que, na experiência prática dos indivíduos, estavam relacionadas ao mesmo horizonte de possibilidades. Por conta disso, características aparentemente contraditórias, como a do *modelo exemplar* e a do *guerreiro experiente* (uma relacionada ao *chefe de paz* e a outra relacionada ao *chefe de guerra*; uma relacionada ao ambiente interno da aldeia, outra, ao externo), que poderiam diferenciar chefes a partir potencialidades distintas (um seguido pelo poder de persuasão, outro, pela força), estavam circunscritas à mesma moldura de significados. Ou seja, a capacidade de trabalho típica do *chefe sogro* e relacionada à característica do *modelo exemplar* era necessária também para aumentar o número de guerreiros do chamado chefe

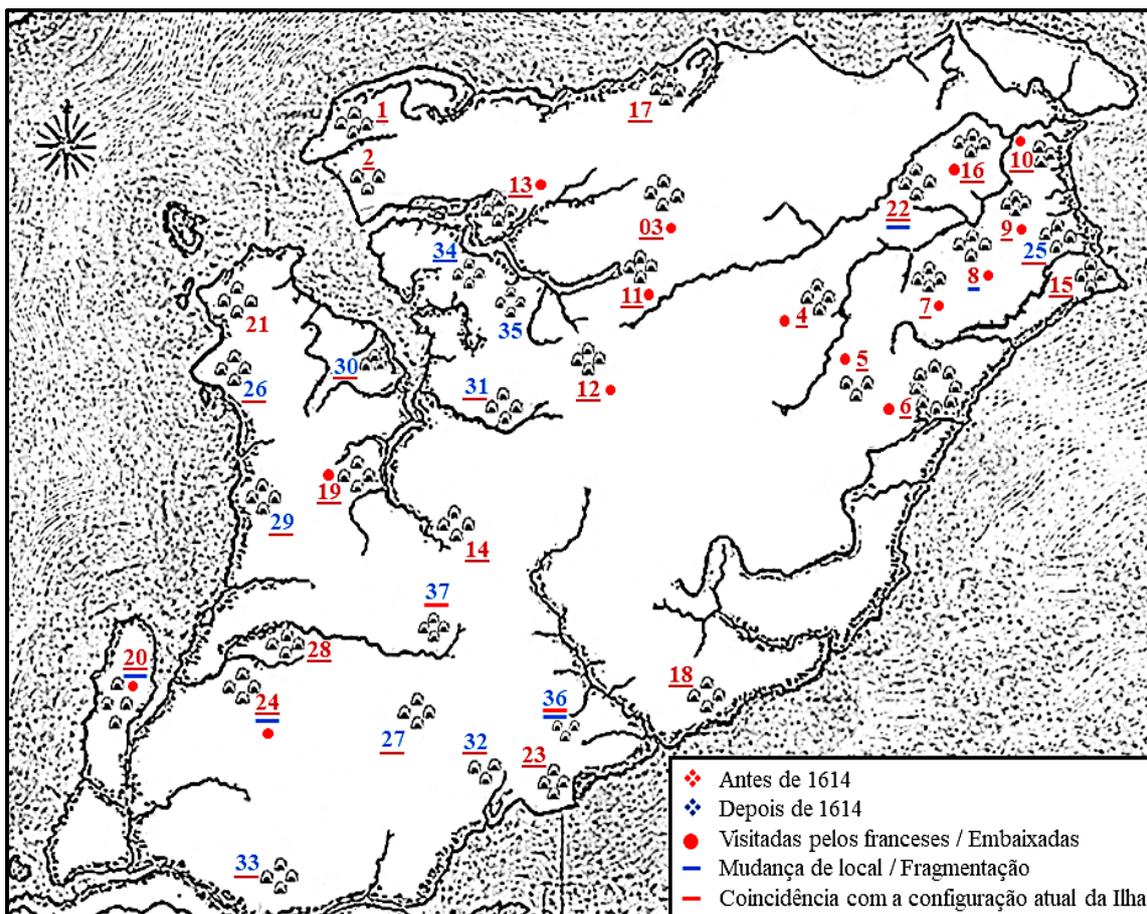
de guerra, cujo sucesso no combate e por conta dos *escravos* que dele resultava, aumentariam, fechando o ciclo, a sua capacidade de trabalho (SBRANA, 2017, p. 231).

Nesse sentido, as diferenças entre *chefes de guerra* como Zorobabe e Cachorro Grande e chefes como Thion, tabajara do Mearim, que surgia como *modelo exemplar* na narrativa de Yves d'Évreux ([1616] 2007, p. 63), não invalidam o modelo, que refere-se a um campo de possibilidades no qual, por trás do *modelo exemplar* e do *guerreiro experiente*, havia indivíduos vivos e atuantes, cujas potencialidades eram exercidas a partir desses condicionamentos e de acordo com as vicissitudes dos contextos.

Mas esses chefes também estavam territorializados. Outro conjunto de informações que nos serve de base para nossas interpretações a respeito dos tupis do século XVII, está relacionado ao *corpo* de aldeias da Ilha Grande do Maranhão, que nos foi perceptível a partir cruzamento de dados advindos de registros escritos e cartográficos dos séculos XVII, XVIII e XIX, registros de sítios arqueológicos tupis existentes na ilha e fontes orais de comunidades tradicionais da zona rural de São Luís (SBRANA, 2017). Tais dados foram cruzados com a atual toponímia dos bairros, povoados e lugarejos dos municípios que constituem a Ilha de São Luís⁸, possibilitando-nos criar uma representação de como estavam dispostas as aldeias tupis de Upaon-açu ao longo do século XVII (Figura 2).

Figura 2: Aldeias tupis da Ilha Grande do Maranhão no século XVII

⁸ São José do Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e São Luís.



Fonte: Sbrana (2017)

Do que podemos notar da configuração de aldeias da Ilha Grande, convém destacar 3 elementos que se acrescentam. O primeiro: havia relação dinâmica entre as aldeias, comparável a um todo orgânico, um *corpo* de aldeias, cujas relações de poder eram bem perceptíveis no espaço. Voltada para o continente, estava Junipará (6), cabeça da Ilha, juntamente com outras aldeias principais, como Timbuba (7), Carnaupió (8), Januarem (4) e Itapari (9). Voltada para o mar, do lado oposto à aldeia que era a cabeça da Ilha, estava Jeviree (1), talvez não por acaso, nome relacionado às nádegas⁹.

O segundo elemento: com a instalação do Forte de São Luís e, conseqüentemente, do sistema defensivo, administrativo e religioso que se implantou após a Conquista, ocorreu uma inversão das relações de poder na Ilha, que ficaria cada vez mais voltada para o mar. Basta considerar que a localização do Forte, atual Palácio dos Leões, sede do governo do estado do Maranhão, está nas proximidades de Jeviree. Se

⁹ “A vigésima aldeia chama-se Jeviree, nádegas finas” (ABBEVILLE, [1614] 2008, p. 194).

é possível falar em *colonização* para além da conquista, deve-se procurá-la no processo de inversão das relações tupis de poder, antes voltadas para o continente e, depois, no lado oposto da Ilha, daí em diante voltada para o mar.

O terceiro elemento: se podemos falar em inversão da dinâmica da Ilha após a conquista, é necessário acrescentar que ela ocorreu em um longo processo temporal. Ainda no século XIX, o Caminho Grande, atual Rua Grande, cortava toda Ilha, ligando a região do Forte de São Luís (Jeviree) à antiga cabeça da Ilha (Junipará), não por acaso, registrada no mapa de Pereira do Lago (1820) como “povoação de índios”.

Para além disso, a própria configuração das aldeias ainda pode ser notada na atual localização e toponímia dos bairros, povoados e lugarejos da Ilha, o que sugere que, diferente da ideia de uma São Luís surgindo e crescendo a partir da região do Forte (atual Praia Grande), São Luís já nasceu espalhada, tal como estavam as aldeias. De maneira geral, são esses resultados que nos possibilitam contextualizar o processo de Conquista e estabelecimento da sociedade colonial no Maranhão, a partir dos quais daremos sequência ao trabalho, com os elementos narrativos do possível Zorobabe no Maranhão.

2. Elementos heréticos de Zorobabe no Maranhão

Como vimos, o debate a respeito da possibilidade de Zorobabe no Maranhão foi encerrado por Varnhagen, argumentando que se tratavam de chefes diferentes, mas com o mesmo nome, o que provaria haver “mais Marias na terra” (VARNHAGEN, 1872, p. IX-XIV). Sem negar a possibilidade das *várias marias*, vamos destacar quatro elementos da narrativa de Zorobabe que podem vinculá-lo à narrativa dissonante do Zorobabe no Maranhão.

Vejamos o primeiro elemento. Na narrativa de Frei Vicente do Salvador ([1627] 2010), Zorobabe surge como o principal morubixaba de um conjunto de aldeias no atual estado da Paraíba. Já na narrativa de Claude d’Abbeville ([1614] 2008), Zorobabe era o principal morubixaba do conjunto de aldeias de Tapuitapera. Nesse caso, os argumentos de Varnhagem continuam válidos, no entanto, é preciso considerar que além de serem chefes diferentes com o mesmo nome, precisariam ser grandes morubixabas, a ponto de representarem um conjunto de aldeias na relação com os europeus. E a questão pode ser ainda mais complexa. Levando em consideração que os agrupamentos de aldeias que

foram se formando no Maranhão advinham da região de Pernambuco, para validar a hipótese de Varnhagen, em um curto espaço de menos de cinco anos, o Zorobabe de Tapuitapera teria adquirido prestígio suficiente, a ponto de representar um conjunto de 15 ou 20 aldeias (ABBEVILLE, [1614] 2008, p. 196) na aliança que, em 1612, começaria a se estabelecer com os franceses¹⁰.

O segundo elemento é sequência lógica do primeiro. Na narrativa de Frei Vicente do Salvador ([1627] 2010, p. 359), as alianças estabelecidas entre os luso-espanhóis e potiguares não seriam possíveis sem a participação de Zorobabe. Na narrativa de Claude d'Abbeville ([1614] 2008, p. 163), os franceses só puderam estabelecer alianças com os tupis de Tapuitapera a partir da intermediação de Zorobabe.

Acrescenta-se aqui o terceiro elemento. No tempo em que os luso-espanhóis buscavam as pazes com os potiguares da região da Paraíba, para concretização das alianças, foi necessário colocar no cálculo o acordo já efetuado com o tabajara Braço de Peixe, principal inimigo de Zorobabe. Já na narrativa de Claude d'Abbeville, para estabelecer aliança com Zorobabe, os franceses enviaram uma embaixada a Tapuitapera, conduzida por um chefe tupi chamado *Pirajuva*, exatamente, o Braço de Peixe (ABBEVILLE, [1614] 2008, p. 163). E por fim, o quarto e último elemento. Trata-se do vínculo entre Zorobabe e o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, que na primeira narrativa, teria sido responsável por estabelecer alianças com o morubixaba potiguar e seu irmão, Pau-Seco (SALVADOR, [1627] 2010, p. 359). Aqui, se as duas pequenas passagens da obra de Claude d'Abbeville silenciam sobre esse vínculo, o mesmo não ocorre em relação a um documento de 1619, no qual surge a informação de que o principal Zorobabe, cuja menção nesse contexto ainda não foi notada pela historiografia, tinha avisado ao capitão-mor Jerônimo de Albuquerque que Cachorro Grande e seus aliados iriam iniciar novos confrontos contra os portugueses¹¹.

¹⁰ Retornando aos resultados relacionados ao conjunto de aldeias do Maranhão, nos parece correta a hipótese, perceptível na narrativa de Claude d'Abbeville (2008: 282-203), de que os povos tupis podiam migrar em grandes agrupamentos de aldeias aliadas. No caso do Maranhão, tais agrupamentos teriam formado os conjuntos de aldeias da Ilha, de Tapuitapera, de Cumã, do Mearim, da Serra de Ibiapaba e do Caeté.

¹¹ Auto das culpas de Jaguaraté, o Cachorro Grande: “e assim disse ele testemunha que o principal Sarobabe lhe dizem que tinha avisado ao capitão-mor Jeronimo de Albuquerque em como ele dito Jagoara Baior e os da sua parcialidade se queriam levantar e matar os brancos” (AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D. 14).

Mais intrigante até do que o suposto vínculo com Jerônimo de Albuquerque, é a possível referência ao morubixaba potiguar surgindo na documentação do Pará em 1619, dez anos depois que Zorobabe teria sido preso e enviado a Évora onde ficaria até os últimos de seus dias. E mais. Zorobabe não só surgiria referenciado na região amazônica muito tempo depois da data de seu desaparecimento em Pernambuco, como também teria aludido a acontecimentos posteriores à Conquista do Maranhão. Enfim, após a conquista, Zorobabe teria reafirmado as alianças anteriores com os luso-espanhóis.

Mais do que negar o destino de Zorobabe, esses elementos nos servem para revisitar o contexto da Conquista do Maranhão, centralizando a observação no protagonismo de tupis pouco observados pela historiografia, o que faremos a seguir.

3. Protagonismo tupi no contexto da Conquista do Maranhão

Como vimos, Zorobabe já foi considerado o “primeiro exilado político do Brasil”. Caso nos conduzíssemos pelos debates políticos atuais, esse morubixaba talvez fosse considerado a primeira vítima de “desaparecimento forçado” no Brasil¹². De fato, o que fica perceptível na carta de Diogo de Meneses é que a intenção era condená-lo à morte, talvez da forma tradicional na boca do canhão, como era feito tanto pelos luso-espanhóis (SALVADOR, [1627] 2010, p. 150; BETTENDORFF, [1698] 2010, p. 490) quanto pelos franceses (ÉVREUX, [1616] 2007, p. 253). Porém, o risco de novos conflitos com os potiguares, bem como o receio de que seus aliados migrassem para os interiores do território os fizeram optar por outra solução: desaparecer com ele para que, fosse o caso, pudessem matá-lo sem que seus aliados ficassem sabendo.

Situação análoga ocorreu após a conquista do Maranhão, em 1619, com o morubixaba Cachorro Grande. Após fomentar revoltas ao longo do território do Maranhão e do Pará, seus julgadores estavam impossibilitados de sentenciá-lo à morte, punição que consideravam merecida, e só não aplicada devido à expectativa de que provocaria novos levantes “por ser o índio estimado de toda a sua nação e de outras muitas”. O consenso que foi se formando contra Cachorro Grande e Jaguaratinga –

¹² Considerado crime contra a humanidade, trata-se da prisão ou do sequestro de opositores perpetrados por agentes do Estado, seguidos pela recusa em reconhecer o estado de privação de liberdade ou em fornecer informações sobre a situação ou localização dessas pessoas. Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, Artigo 7. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso em 01 de maio de 2019.

sobrinho que seguiu suas ordens – foi o de que seria melhor enviá-los ao Reino, a Pernambuco ou a qualquer parte distante para que seus aliados, “vendo-os embarcar vivos sempre terão esperanças”. No fim, decidiram por degredá-lo por toda vida no Rio de Janeiro, enquanto seu sobrinho ficaria submetido ao trabalho compulsório¹³.

É possível estabelecer semelhanças com Zorobabe, não por causa do desaparecimento forçado – e como veremos, o destino de Cachorro Grande também é incerto –, mas também por conta da estratégia de atuação, que parece dizer respeito a formas de protagonismo em que, em momentos de expansão da Conquista, morubixabas estabelecem relações com os tapuitingas sem abrir mão da lógica tupinambá, o que lhes permitiam aproveitar ao máximo das potencialidades do contexto de contato.

No tempo da aliança com os franceses, entre os anos de 1612 e 1614, Jaguareté era um dos cinco principais da Ilha abaixo de Japiáçu, principal morubixaba da Ilha e responsável pela aliança com os franceses (ABBEVILLE, [1614] 2008, p. 166-167). Aproveitando-se da condição de aliado, ele era designado a percorrer o território para dar punição aos que contrariassem os interesses dos franceses¹⁴ e também para expandir e consolidar as alianças, como ocorrera em Cumã, quando esse morubixaba ajudou a consolidar alianças com Cardo-Vermelho, chegando a fornecer apoio a uma guerra contra os tabajaras do Mearim, que ainda não faziam parte da aliança (ABBEVILLE, [1614] 2008, p. 164-165).

Após a expulsão dos franceses, enquanto Japiáçu desaparece dos vestígios a que tivemos acesso, Cachorro Grande vai se tornando o mais importante morubixaba da Ilha Grande, com influências em Tapuitapera, Cumã e nos demais agrupamentos de aldeias da região. Ao tornar-se aliado dos portugueses, Cachorro Grande se juntou às tropas da Conquista, o que lhe garantiu a participação nos combates, assegurando-lhe ainda mais prestígio e influência. Ademais, assim como ocorrera com Zorobabe, fazer parte das tropas possibilitou que ele continuasse se movimentando pelo território com bastante autonomia¹⁵.

¹³ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D. 14.

¹⁴ Fazem exemplo episódios ocorridos contra um de seus irmãos, Capitão, que tentou fragmentar o conjunto de aldeias da Ilha (ÉVREUX, 2007, p. 33-34), contra um caraíba do Mearim acusado de feitiçaria (ÉVREUX, 2007, p. 142), e contra o próprio Japiáçu que teria mandado matar e dividir o corpo de uma de suas mulheres com os seus aliados (ABBEVILLE, 2007, p. 179).

¹⁵ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D. 14.

O auto das culpas movido contra si em 1619 evidencia que ele se aproveitou das experiências consolidadas no tempo da aliança com os franceses e, enquanto empregava seus *dotes guerreiros* para combater os povos que faziam resistência, utilizava os *dotes oratórios* para reafirmar antigas alianças, convencendo-os a iniciarem guerra contra os portugueses. Com esse objetivo, percorria as aldeias de extensa faixa territorial e fazia reuniões secretas com os chefes. Assim, entre os anos de 1615 e 1619, enquanto não foi descoberto, estava em um jogo cuja vitória pessoal ficava garantida. Depois de fomentar rebeliões, era encarregado de punir os revoltosos – como ocorrera com o seu antigo aliado Cardo-Vermelho que, por ironia do destino, acabou condenado à honrosa morte na boca de um canhão¹⁶ – o pavio foi aceso pelo próprio Cachorro Grande¹⁷.

Mas por trás dessa estratégia pessoal de aquisição de prestígio, ao que parece, havia também um objetivo coletivo, que era o de ir tomando os brancos pelo meio até que os destruísse, como teria denunciado outra testemunha, Pacamão, maior morubixaba de Cumã, e um dos líderes e iniciadores da revolta após a Conquista. E o próprio Cachorro Grande teria dito em diversas ocasiões que, enquanto fosse vivo, iria renovar suas práticas como seus antepassados haviam feito. E caso morresse, já tinha deixado certo com seus vassallos para que não perdessem a fama e a memória de haverem matado gente portuguesa¹⁸.

Assegurar, reforçar e reproduzir sua autonomia após a conquista significava também manter a lógica tupi da vingança. E isso, do mesmo jeito que ocorreu com Zorobabe uma década antes, impediu que Cachorro Grande fosse condenado à morte, como era desejo de seus julgadores, que acabaram obrigados a condená-lo ao degredo.

Porém, a incerteza quanto ao seu destino o aproxima, mais uma vez, de Zorobabe, não só por seu nome continuar associado a uma aldeia anos após sua

¹⁶ No tempo da aliança com os franceses, um tupinambá condenado à morte por manter práticas homoafetivas foi amarrado à boca de um canhão, e Cardo-Vermelho foi encarregado de acender o pavio, ato que considerou de muita honra (ÉVREUX, 2007: 253).

¹⁷ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D. 14. Substituindo os rituais antropofágicos, tratava-se igualmente de ato público e coletivo, cujos sacrificados também tinham seus corpos divididos e espalhados pelo território. Os encarregados dos sacrifícios adquiriam prestígio com o ato, especialmente aos mais jovens “pois é uma espécie de acesso de grandeza para vir a ser um dia principal” (ÉVREUX, 2007: 253).

¹⁸ “Disse por vezes o dito Jaguar Baité que enquanto fosse vivo havia de renovar como os seus antepassados haviam feito, e que por uma morte havia de deixar encomendado a seus vassallos para que se não perdessem a fama e memória neles de haverem mortos brancos, digo morto gente portuguesa” (AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D. 14).

condenação (ALBERNAZ, 1627; 1640), mas especialmente porque, em 1662, passados já mais de quarenta anos de seu suposto desaparecimento, Alexandre de Souza, por intermédio de seu procurador, reivindicava ser o legítimo herdeiro do principalado da nação tupinambá da Ilha de São Luís, pois era neto de Jaguará baité¹⁹. No limite, tal como objetivava esse morubixaba, a fama e a memória do seu nome parecia preservada após sua morte.

Há ainda outra possibilidade de pensar diferentes estratégias de morubixabas tupis a partir da narrativa herética de Zorobabe. Como já aludimos, no alto das culpas contra Cachorro Grande há evidências de que Zorobabe poderia ter retomado as antigas alianças feitas com Jerônimo de Albuquerque, chegando ao ponto de informá-lo que Jaguareté iria fomentar novos levantes após a conquista do Maranhão. Para isso, teria colaborado outro grande chefe potiguar, Pau-Seco, seu irmão. Afinal, embora a narrativa de Frei Vicente do Salvador (2010, p. 384) dê a entender que esse morubixaba teria morrido sem deixar herdeiros²⁰, na relação dos morubixabas que acompanharam a Conquista do Maranhão, consta a sua presença (MORENO, [1615] 2011, p. 44).

Neste caso, importa refletir que, fossem as aldeias como um corpo, significava também que se chefes desse corpo rompessem com a aliança, o conjunto das aldeias sairia fragilizado. E há indícios de que no processo de conquista desencadeado em 1614, Jerônimo de Albuquerque aproveitou-se bem dessa tendência, persuadindo-se até de que não havia sequer necessidade de se fortificar, pois “em chegando à outra barra dentro do Maranhão, defronte à Ilha dos tupinambás”, bastaria apenas falar com um deles e “todos se haviam de vir à sua obediência” (MORENO, [1614-1615] 2011, p. 55).

Ao que parece, morubixabas que acompanhavam a tropa não estariam ali apenas para dar guerra aos contrários, como se costuma ler a estratégia dos conquistadores em relação aos tupis. A questão é mais complexa, pois talvez as maiores possibilidades de conquista do Maranhão eram as expectativas de rompimento daquele corpo de aldeias em benefício de aliança anterior com os luso-espanhóis e tupis da região de Pernambuco,

¹⁹ AHU-ACL-CU-009, Cx. 4, D. 451.

²⁰ O Filho de Pau-Seco, Francisco Aratibá, teria morrido em combate contra o tabajara Milho Verde, da Serra de Ibiapaba. Convencido a tomar vingança, Zorobabe dizia que havia outro parente que pudesse fazê-lo (SAVADOR, [1627] 2010, p. 384).

Paraíba, Rio Grande e do Ceará que, neste caso, além de contrários para dar guerra, eram também parentes dos tupis da Ilha.

De fato, entre os chefes da Ilha, pudemos verificar que alguns acabaram mesmo por atuar como aliados dos portugueses. Fazem exemplo, Metarapuá (ÉVREUX, [1616] 2007, p. 36; ABN, 1904, p. 173), Ibirapiranga (MORENO, [1614-1615] 2011, p. 61) e Sebastião, que depois de casar com a filha do principal chefe da Ilha, Japiaçú (ABBEVILLE, [1614] 2008, p. 141; ÉVREUX, [1616] 2007, p. 277), acabou se aliando ao português Martins Soares Moreno ([1613] ABN, 1905, p. 175-176). Esses chefes foram determinantes para fragilizar a aliança com os franceses nos momentos que antecederam a Conquista. E todos eles, aqui terminamos, pertenciam a principais aldeias da Ilha: Sebastião era de Junipará, Metarapuá era de Itapari, Ibirapiranga era de Uatimbou.

Considerações finais

Paralela às narrativas a respeito de Zorobabe – e não referenciada pelos historiadores consultados – Serafim Leite (1938, p. 527), a partir de outras referências, confirma o envio de Zorobabe ao reino, só que com outros tons: em 1610, já em Lisboa, ele é batizado com o nome do governador Diogo de Menezes. Depois, é enviado para Évora com a mulher e os filhos – todos fazendo-se cristãos. Sem que Zorobabe pedisse, deram-lhe também uma renda de 400 réis por dia, indo assim até o fim da sua vida.

De qualquer forma, compreendendo que a narrativa histórica que nos chega, muitas vezes, foi passada de mão em mão pelos vencedores e, por isso, tende ainda a ecoar o seu discurso, julgamos necessário tirá-la da confortável posição que ocupa na historiografia e testá-la a partir dos elementos, fragmentados e dissonantes, que costumam ser silenciados. Tais elementos, quando destacados do contexto histórico, ganham nomes: Sarobabe, Jaguareté (Cachorro Grande), Ibirapiranga (Pau-Brasil), Metarapuá (Tembeté Redondo) e outros mais que devolvem à história os tons tupis que lhe foram tirados, pelos desaparecimentos forçados ou pela empatia com os ditos vencedores que a escreveram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS MANUSCRITOS:

AUTO de culpas mandado fazer pelo capitão de guerra, Bento Maciel Parente, contra o índio principal de nome Jaguarabaior Jaquitingua. 1619, Agosto, 2, Pará. **AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D. 14.**

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre o pedido de regresso ao Maranhão e de ajudas de custo para a referida viagem dos dois índios principais Antônio Marapirão e Alexandre de Sousa, e sobre alguns papéis do padre Antônio Vieira e do procurador do Estado do Maranhão. 1662, Julho, 27, Lisboa. **AHU-ACL-CU-009, Cx. 4, D. 451.**

DOCUMENTOS IMPRESSOS:

ABBEVILLE, Claude d. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [1614] 2008.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, [1698] 2010.

CARTA (cópia) para El Rei sobre mandar para o Reino o piloto Manuel Gonsalves [Regefiro de Leça]. Recife, 1608. *In Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 57. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1935, p. 41-46.

CARTA del presidente de la Española con testimonio de una informacion del Capitan Martin Suarez Moreno, que fué a examinar el Rio Marañon, por orden del gobernador del Brasil. Santo Domingo, 1613. *In Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 26, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1904, p. 149-191.

ÉVREUX, Yves d'Évreux. **Continuação da História das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos 1613 e 1614.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, [1616] 2007.

MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão por ordem de sua Majestade feita o ano de 1614.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, [1614-1615] 2011.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [1627] 2010.

SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão dirigida aos pobres deste Reino de Portugal.** São Paulo, Siciliano, [1624] 2001.

VIEIRA, Antônio. **Cartas do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus.** Tomo Terceiro. Lisboa: Regia officina Sylviana, Academia Real, 1746, p. 32-50.

CARTOGRAFIAS

ALBERNAZ, João Teixeira. **Livro em se mostra a descrição de toda a costa do estado do brasil e seus portos barras e sondas delas.** Lisboa, 1627. Versão digitalizada.

_____. **Do Rio das Preguiças ate a barra do Perreya sao catorze ate quinze legoas.** Bibliothèque Nationale de France, 1640. Versão digitalizada.

PEREIRA DO LAGO, Antonio Bernardino. **Mappa da Ilha de S. Luiz do Maranhão.** 1820. Versão digitalizada.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Geraldo Gustavo de. **Heróis indígenas do Brasil: memórias sinceras de uma raça.** Rio de Janeiro: Livraria Editora Catedra: Rio de Janeiro, 1988.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais históricos do estado do Maranhão.** Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1988.

CARDOSO, Alírio Carvalho. **Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653).** (Dissertação) Mestrado – Unicamp, Campinas: 2002.

GONÇALVES, Regina Célia; CARDOSO, Halisson Seabra; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. **Guerras e alianças: os potiguara no conflito luso-holandês (1630-1654).** In POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil.** Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HEMMING, John. **Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil Colonial.** São Luís: UEMA: 2006.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo I. Século XVI: o estabelecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

MEIRELES, Mario M. **História do Maranhão.** São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015. MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **O índio brasileiro e a revolução francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural.** Rio de Janeiro: TopBooks, 2004.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

SBRANA, Rodrigo Darlan. **Levantamento de dados a respeito dos chefes tupinambás do Maranhão a partir das crônicas de Claude d'Abbeville e de Yves d'Évreux (1612 – 1614)**. São Luís: PIBIC/ UFMA/FAPEMA, 2014a. Relatório. Mimeo.

_____. **Entre reis, morubixabas, príncipes e principais**: chefes tupinambás da Ilha Grande do Maranhão e terras circunvizinhas no tempo da aliança com os franceses. São Luís: UFMA, 2014b. Monografia. Mimeo.

_____. **A Ilha antes de São Luís**: localização das aldeias tupinambás da Ilha Grande do Maranhão (século XVII). São Luís: FAPEMA/ UFMA, 2015. Prêmio FAPEMA, 2015a. Mimeo.

_____. **A galha da figueira branca e o carvalho**: alvorecer do Maranhão colonial a partir das representações a respeito dos chefes tupinambá (1603-1619). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, [s.n.] 2017.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Historia das Lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654**. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1877.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002. <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 01 de maio de 2019.